

Nos Porões da Censura: Como a Mídia Alternativa Desafiou a Ditadura Militar Brasileira¹

Vitória Ferreira da Silva²
Gabriel Cainã de Sousa Santos³
Andréa Cristiana Santos⁴
Fábio Ronaldo da Silva⁵

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Juazeiro–BA

RESUMO

Durante a ditadura militar brasileira (1964–1985), a relação entre a imprensa e o governo foi marcada pela censura imposta pelo Estado aos meios de comunicação e pela resistência dos jornalistas, que buscavam driblar as restrições e informar a população. Essa resistência se manifestou em veículos alternativos, como os jornais *O Pasquim* e *Opinião*. A partir de uma pesquisa qualitativa de caráter documental e bibliográfico, este estudo discute como a mídia alternativa se contrapôs à narrativa hegemônica favorável ao golpe de Estado, enfrentando o autoritarismo vigente. Como aporte teórico, foram utilizados autores como Skidmore (1999), Cerqueira Sousa (2019) e Chammas (2011). Comprova-se a relevância do jornalismo contra-hegemônico na luta por liberdade e democracia no Brasil na segunda metade do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura; Censura; Mídia alternativa; Resistência; Liberdade.

1 INTRODUÇÃO

A ditadura militar brasileira (1964–1985) foi instaurada em 31 de março de 1964, após um golpe de Estado contra o presidente João Goulart (1961–1964), eleito democraticamente pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O golpe foi apoiado pelas Forças Armadas, setores da elite econômica e parte da classe política, temendo a radicalização das reformas sociais (Skidmore, 1999).

Na ditadura, a censura, a perseguição política e a repressão institucional moldaram os campos social, cultural, político e econômico (Skidmore, 1999). O AI-5, instituído pelo presidente Artur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968,

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Narrativas contra-hegemônicas associadas às materialidades digitais, evento integrante da programação do 25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 26 a 28 de junho de 2025.

² Estudante de graduação em Jornalismo em Multimeios pela UNEB, e-mail: vitoriadasilva1817@gmail.com

³ Estudante de graduação em Jornalismo em Multimeios pela UNEB, e-mail: jornalunebjua2027@gmail.com

⁴ Professora Dra. do curso de Jornalismo em Multimeios da UNEB, e-mail: andcsantos@uneb.br

⁵ Orientador do trabalho. Professor Dr. do curso de Jornalismo em Multimeios da UNEB, e-mail: fabiosilva@uneb.br

estabeleceu a censura prévia, suspensão dos direitos políticos, dissolução de órgãos do Legislativo e o fechamento do Congresso Nacional.

A censura resultou no cerceamento à liberdade de imprensa e na restrição à circulação de filmes, músicas, peças teatrais e livros, considerados “subversivos” ou opostos aos interesses do regime militar⁶. Nessa circunstância, os militares dominaram os meios hegemônicos de comunicação, como emissoras televisivas e radiofônicas (Kucinski, 1991). Os questionadores da repressão acabavam torturados, assassinados ou desaparecidos (Skidmore, 1999).

Neste contexto, esta pesquisa analisa a mídia alternativa e o enfrentamento ao autoritarismo vigente no período de 1964 a 1985. Como aporte teórico, foram utilizados autores como Skidmore (1999), Cerqueira Sousa (2019), Chammas (2011) e Kucinski (1991). Assim, o problema da pesquisa é compreender como o jornalismo contra-hegemônico auxiliou a luta por liberdade democrática no Brasil.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa se conduz com uma abordagem qualitativa e documental, centrada na análise de estudos bibliográficos e documentos históricos. O objetivo é compreender as práticas de cerceamento à liberdade jornalística imposta pela ditadura militar brasileira, destacando a relevância da mídia alternativa. A partir da análise, firmam-se conexões entre os mecanismos de controle ideológico do regime e as iniciativas de resistência jornalística, expressas pelos jornais *O Pasquim* e *Opinião*.

3 IMPRENSA HEGEMÔNICA E CONTROLE DA INFORMAÇÃO

Na ditadura, o governo militar monitorava a liberdade de expressão pela Lei de Imprensa, sancionada em 9 de fevereiro de 1967 (Silva, 2015) e revogada pelo Supremo Tribunal Federal em 2009. Nesse cenário, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) implantou mecanismos de censura prévia à produção cultural e jornalística. A colaboração entre censores e autoridades também possibilitou um domínio rígido da informação (Cerqueira Sousa, 2019).

⁶ *O Casamento* (1966), *Terra em Transe* (1967), *Roda Viva* (1968) e *Cálice* (1973), por exemplo (Calixto; Ribeiro; Gorczeski, 2014).

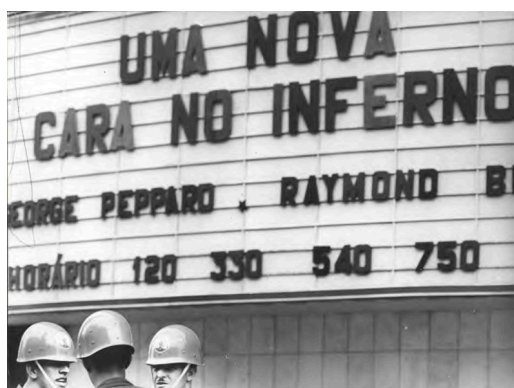
O *Correio da Manhã* exemplifica a dualidade da cobertura midiática na ditadura. Inicialmente, prestigiados por seu compromisso com a democracia liberal, os jornalistas do *Correio* defenderam a deposição de João Goulart, temendo uma radicalização política pelo comício da Central do Brasil e pela Revolta dos Marinheiros (Silva, 2015). No entanto, devido à limitação da liberdade de imprensa, o *Correio da Manhã* publicou casos de tortura e censura política (Chammas, 2011).

Textos jornalísticos eram frequentemente “mutilados” pelos censores, provocando restrição à liberdade dos profissionais da imprensa. Augusto Nunes (2008, p. 9), do *O Estado de S. Paulo*, relatou que “o problema da censura é que ela te emascula, ela acaba fazendo o afogamento na origem” e que os jornalistas “cansam de escrever sabendo que vão cortar” seus trabalhos. Muitos comunicadores sociais, conseqüentemente, instituíram autocensura.

4 RESISTÊNCIA JORNALÍSTICA AO REGIME

A imprensa contra-hegemônica buscou formas criativas de driblar a repressão. Em 1º de abril de 1968, uma fotografia do *Correio do Amanhã* capturou policiais posicionados sob o letreiro de um cinema que exibia o filme *Uma Nova Cara no Inferno* (1968). Essa composição visual usava, sutilmente, o letreiro como referência ao momento da ditadura.

Fig. 1: Fotografia do letreiro de *Uma Nova Cara no Inferno* (1968)



Fonte: Brasil, 2022.

Tanto pela perseguição política quanto pela falta de apoio econômico, a censura recorrente na ditadura levou ao fechamento de muitos jornais⁷, assim como financiou alinhados aos seus interesses. Em 7 de janeiro de 1969, os militares fecharam o *Correio da Manhã* e prenderam a proprietária Niomar Muniz Sodré, e Osvaldo Peralva, o diretor de redação (Junqueira; Barbosa, 2023).

Entretanto, vários veículos alternativos surgiram como resistência à ditadura, entre eles *O Pasquim*. Fundado em dezembro de 1968, o semanário nasceu de uma conversa entre o cartunista Jaguar e os jornalistas Tarso de Castro e Sérgio Cabral. O nome, sugerido por Jaguar, significava “jornal difamador”. Posteriormente, Ziraldo, Luiz Carlos Maciel e Miguel Paiva, ícones da imprensa nacional, se juntaram ao projeto.

Armado com a ironia, a metáfora e o pseudônimo, *O Pasquim* contornou a censura para publicar narrativas extraoficiais sobre a ditadura, repreendendo-a (Kucinski, 1991). Abrangia crônicas, reportagens, entrevistas e cartuns, que se tornaram seu distintivo. Sob a superfície satírica de suas imagens, Jaguar e artistas como Henfil e Millôr Fernandes carregavam críticas ao regime militar, evitando represálias diretas (Kucinski, 1999).

O Pasquim, no entanto, virou alvo da repressão. Em 1º de novembro de 1970, após a publicação de uma entrevista considerada subversiva, grande parte de sua equipe, inclusive Jaguar e Ziraldo, foi detida pelo DOI-CODI⁸. Tarso de Castro, contudo, se refugiou em um escritório para dirigir o jornal clandestinamente, expandindo a credibilidade de *O Pasquim* como resistência à ditadura (Brasil, 2014).

5 MÍDIA ALTERNATIVA E DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A partir de meados da década de 1960, a necessidade de espaços livres de censura a criação de fanzines, jornais clandestinos e rádios piratas. Esses meios comunicacionais, chamados de “imprensa nanica”, buscavam resistir à opressão dos militares (Brasil, 2014). Antes de suas contribuições com *O Pasquim*, Millôr Fernandes

⁷ *Correio da Manhã, Última Hora, Opinião, O Pasquim e Diário Carioca* (Kucinski, 1991).

⁸ Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna, arquitetado pelo governo brasileiro entre 1928 e 1983, sendo a polícia política mais antiga do país.

concebeu, em 21 de maio de 1964, o tabloide *Pif Paf*, que durou oito edições. Existiram outras mídias alternativas. A maioria, todavia, foi efêmera.

Dessarte, a mídia alternativa se polarizou entre partidos esquerdistas. Tais plataformas demonstraram-se corajosas ao apurar informações proibidas, montar gráficas clandestinas e distribuir jornais críticos sem alertar os militares (Kucinski, 1991). Além de informar o povo, despertaram movimentos estudantis, sindicais e feministas contra a ditadura.

Um marco da imprensa alternativa na década de 1970 foi o jornal *Opinião*, abertamente contrário ao regime militar (Junqueira; Barbosa, 2023). Carlos Alexandre Azevedo, posteriormente torturado no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), via o jornal como uma contraposição direta à Grande Mídia daquela época. O *Opinião* era um canal vital de comunicação entre intelectuais perseguidos e a população. Ele devolveu o direito de expressão para acadêmicos expulsos das universidades, revigorando o debate público contra a ditadura (Junqueira; Barbosa, 2023).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa qualitativa e bibliográfica sobre a ditadura militar brasileira revelou como a censura e a repressão impactaram a cultura, a economia e a política do país. O governo consolidou seu controle ideológico por meio da censura prévia, ocultando críticas ao sistema vigente e as perseguições aos opositores do regime (Kucinski, 1991). Mesmo assim, a resistência jornalística se manifestou desde a criação de veículos alternativos, como emissoras piratas de rádio, até os jornais *O Pasquim* e *Opinião*, que incentivaram a mobilização social e a resistência democrática (Junqueira; Barbosa, 2023).

7 Referências

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014. v. I. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL. Arquivo Nacional: Memórias Reveladas. **Em abril de 1968, jornal Correio da Manhã satiriza a ditadura**. 9 nov. 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/imagens-e-documentos-do-periodo-de-1964-1985/imagens-correio-da-manha/em-abril-de-1968-jornal-correio-da-manha-satiriza-a-ditadura/view>. Acesso em: 7 abr. 2025.

CALIXTO, B; RIBEIRO, M; GORCZESKI, V. **50 obras produzidas na ditadura**. Época, 31 mar. 2014. Disponível em:
<https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/03/b50-obras-produzidas-na-ditadura-militar.html>. Acesso em: 12 abr. 2025.

CERQUEIRA SOUSA, R. Ditadura Militar Brasileira: o aparelhamento do sistema repressivo e a fabricação do informante. **Revista História: Debates e Tendências**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 420-438, 2019. DOI: 10.5335/hdtv.3n.19.9865. Disponível em:
<https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/9865>. Acesso em: 9 nov. 2024.

CHAMMAS, E. Z. O *Correio da Manhã* no golpe de 1964: impasses e dilemas na relação com os militares. In: **XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

JUNQUEIRA, T.; BARBOSA, M. 1964: A reação, influência e papel da imprensa no Golpe Militar. In: **46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2023, Belo Horizonte. Anais do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2023.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. Jundiaí: Página Aberta Ltda, 1991.

NUNES, A. **Entrevista de Augusto Nunes ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo**. [Entrevista concedida a] Carla Siqueira e Caio Barretto Briso, 2008. Disponível em:
https://ccmj.org.br/sites/default/files/pdf/5/Arquivo%20para%20download_5.pdf. Acesso em: 9 nov. 2024.

SILVA, R. P. **Imprensa e política**: o governo Goulart nas páginas do *Correio da Manhã* (1961-1964). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em:
<https://app.uff.br/riuff/handle/1/15953>. Acesso em: 21 nov. 2024.

SKIDMORE, T. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.